



DIREITO PENAL

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO PENAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Mônica, brasileira, solteira, nascida em 10 de janeiro de 2004, estudante, decidiu passar suas férias de julho nos Estados Unidos, no ano de 2023. A partir de janeiro daquele ano, comprou as passagens, reservou hotel, restaurantes, espetáculos, etc. Ocorre que, deslumbrada com a viagem e sem se atentar que seu passaporte já estava vencido e para o prazo de solicitação de visto americano, faltando apenas 10 dias para a viagem, resolveu fazer referidas solicitações na polícia federal e no consulado americano, momento em que se deparou com a impossibilidade de obtê-los, haja vista o curto espaço de tempo.

Desesperada, Mônica encontrou na internet e contratou uma empresa que prometia conseguir o visto americano em poucos dias, bem como agilidade na obtenção do passaporte junto à Polícia Federal.

No dia 02 de julho de 2023, ao entrar na fila para fazer o check-in no aeroporto internacional de Guarulhos/SP, Mônica teve suas malas revistadas pela Polícia, por suspeita de tráfico de drogas. No momento da abordagem Mônica apresentou seu documento de identidade (RG) aos policiais. Nenhuma substância ilícita foi encontrada na bagagem de Mônica, entretanto, um dos policiais ao verificar o passaporte de Mônica, que se encontrava na bagagem de mão, percebeu que tanto o passaporte como o visto consular nele contido eram falsos.

Diante disso, Mônica foi presa em flagrante. Em seu depoimento Mônica disse que não sabia da falsidade dos documentos. Disse que encontrou na internet uma empresa que prometia o visto americano em poucos dias, bem como agilidade na obtenção do passaporte junto à Polícia Federal. Que não suspeitou da idoneidade da empresa pois haviam depoimentos de outras pessoas na página da internet elogiando o serviço. Asseverou que enviou uma foto 3x4 “scaneada” e preencheu um formulário no site da empresa, iguais ao que constam nos sites da Polícia Federal e do Consulado dos EUA, e que dois dias depois o referido documento lhe foi entregue em sua residência; afirmou, ainda, que o pagamento foi feito em dinheiro (R\$ 2.500,00) no momento da entrega do documento, juntamente com o recibo referente ao serviço.

O policial responsável pela prisão em flagrante, no seu depoimento na fase de investigação, disse que no momento da revista pessoal Mônica apresentou seu documento de identidade – RG. Que seu passaporte estava dentro de sua bolsa e que ela ainda não havia feito o check-in. Disse que a polícia havia recebido uma denúncia anônima de que havia uma passageira que iria embarcar com drogas e que Mônica somente foi abordada pois possuía descrições semelhantes às da denúncia anônima. Que nenhuma substância ilícita foi encontrada com ela. O ilustre representante do Ministério Público ofereceu denúncia perante o juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Guarulhos/SP, pelo crime de uso de documento falso, art. 304 do CP. A denúncia foi recebida no dia 13 de fevereiro de 2024, sendo que a citação pessoal operou-se no dia 17 de janeiro de 2024 (quinta-feira).

Como advogado(a) contratado(a) por Mônica, redija a peça privativa de advogado adequada à espécie, datando-a no último dia de sua apresentação legal e sustentando as teses pertinentes ao momento processual.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Vitor e Valter combinam de furtar a padaria de Manoel. Para tanto, no dia anterior, planejam a empreitada criminosa. Após adentrarem ao estabelecimento, Valter simularia que está passando mal e, enquanto isso, Vitor, sem ser visto, aproximaria do caixa da empresa e, de forma sorrateira, subtrairia o dinheiro. No dia seguinte, colocando o plano em prática, se dirigiram ao estabelecimento comercial e sem que Valter soubesse, Vitor temendo que algo pudesse acontecer, resolveu levar uma arma na cintura. Ao chegarem no local, Valter inicia a ação, simulando uma convulsão na frente de Manoel. Porém, Manoel desconfiado da ação, e percebendo a aproximação de Vitor no caixa da padaria, começa a gritar “socorro, estão roubando a minha padaria”. Desesperado com a ação, Vitor saca a arma e realiza 3 disparos, que culminaram na morte de Manoel. Assim, Vitor retira todo o dinheiro do caixa e parte em fuga com Valter. Sendo capturados logo em seguida, foram presos em flagrante. Convertida a prisão para preventiva, os acusados foram denunciados pelo delito previsto no artigo 157, §3º, do CP, perante o juízo da 1ª Vara do Júri da Comarca de Sorocaba, pois o delito foi caracterizado como crime doloso contra a vida. Após regular instrução, a acusação pleiteou pela pronúncia dos acusados, sendo a defesa intimada no dia 04/07/2019 para apresentar as suas alegações finais.

Diante do caso narrado e considerando apenas as informações constantes, responda de forma fundamentada:

- a) Qual o argumento de direito processual poderia ser utilizado na defesa de Valter?
- b) Qual o argumento de direito material poderia ser utilizado na defesa de Valter?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

João, 18 anos e imputável, namora Maria, 13 anos idade. Os pais de ambos os jovens sabem do relacionamento, bem como todos as pessoas do convívio do casal. Numa determinada viagem de férias, João e Maria mantiveram relação sexual de forma consentida. Nessa situação hipotética responda:

- a) João cometeu algum crime?
- b) Caso a resposta do item A seja positiva, por qual tipo de ação penal deverá ser processado referido crime?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Leila, 20 anos de idade, foi denunciada pela prática do delito de Adulteração de sinal identificador de veículo automotor, previsto no art. 311, por duas vezes, na forma do art. 69, ambos do CP, tendo o Juiz convertido a prisão em flagrante em preventiva, não obstante a documentação juntada pela defesa, comprovando que Leila tem uma filha de 2 anos de idade, que está sob sua guarda. Recebida a denúncia e processado o feito, 10 meses após a prisão da ré foi realizada audiência de instrução, debates e julgamento, tendo Leila sido condenada à pena mínima para cada delito em regime aberto, em razão de sua primariedade, seus bons antecedentes, bom comportamento carcerário e do fato de não fazer parte de organização criminosa. O Ministério Público não recorreu. A defesa interpôs o recurso cabível após a leitura da sentença.

Com base na situação hipotética, responda:

- a) Qual a medida judicial cabível a ser apresentada pela defesa de Leila e qual o prazo para sua apresentação?
- b) Qual o argumento de direito material poderia ser utilizado na defesa de Leila, sabendo que o réu estava no regime semiaberto?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Fernando, pai de um jovem hipossuficiente preso em flagrante delito, recebe de um serventuário do Poder Judiciário Estadual a informação de que Jorge, defensor público criminal com atribuição para representar o seu filho, solicitara a quantia de dois mil reais para defendê-lo adequadamente. Indignado, Fernando, sem averiguar a fundo a informação, mas confiando na palavra do serventuário, escreve um texto reproduzindo a acusação e o entrega ao juiz titular da vara criminal em que Jorge funciona como defensor público. Ao tomar conhecimento do ocorrido, Jorge apresenta uma gravação em vídeo da entrevista que fizera com o filho de Fernando, na qual fica evidenciado que jamais solicitara qualquer quantia para defendê-lo, e o representa criminalmente pelo fato. O Ministério Público oferece denúncia perante o Juizado Especial Criminal, atribuindo a Fernando o cometimento do crime de calúnia, praticado contra funcionário público em razão de suas funções, nada mencionando acerca dos benefícios previstos na Lei 9.099/95. Designada Audiência de Instrução e Julgamento, recebida a denúncia, ouvidas as testemunhas, interrogado o réu e apresentadas as alegações orais pelo Ministério Público, na qual pugnou pela condenação na forma da inicial, o magistrado concede a palavra a Vossa Senhoria para apresentar alegações finais orais. Em relação à situação acima, responda aos itens a seguir, empregando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso.

- a) O Juizado Especial Criminal é competente para apreciar o fato em tela?
- b) Fernando faz jus a algum benefício da Lei 9.099/95? Em caso afirmativo, qual(is)?
- c) Fernando praticou crime? Em caso afirmativo, qual? Em caso negativo, por que razão?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

